

Ofício Sindsep/DF nº206/01

Brasília(DF), 05 de novembro de 2001

Para
Exmº Sr.
Deputado Federal Freire Júnior
DD Presidente da Comissão de Trabalho e Serviço – CTASP

Sr. Presidente

Solicitamos a realização de nova Audiência Pública para discutir a situação dos Servidores Públicos Federais beneficiados pela Lei 8.878/94 (Lei da Anistia), bem como questionar os procedimentos adotados pelo Poder Executivo, pelo Ministério Público Federal, no tocante a revisão dos processos de anistia realizada pela Comissão Interministerial para Reexame dos Processos de Anistia - COINTER criada pelo Decreto n. 3.363/2000.

Cabe lembrar que mais de 20.000 servidores já tiveram suas anistias anuladas ilegalmente e mais 10.000 estão correndo risco eminente de perder um direito legítimo concedido por lei, um atentado a Segurança Jurídica e ao Estado Democrático de Direito

O Poder Executivo trata a questão com tal desprezo que na primeira Audiência Pública para tratar do assunto nenhum convidado do Governo compareceu.

Esta nova Audiência Pública tem como objetivo convidar representantes do Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, para explicar o fundamento pelo qual resolveu restringir a Lei 8.878/94 excluindo do “conceito de motivação política” os dispensados na “Reforma Administrativa” do governo Fernando Collor. E também o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, para tornar transparente os procedimentos adotados no reexame dos processos de concessão de anistia realizados pela COINTER.

Contando com o apoio desta Comissão que muito tem feito para garantir os direitos dos trabalhadores.

Claudio Santana
Secretário –Geral - Adjunto

Elizabete Andrade
Diretora Secretaria de Imprensa

Flávia Simone Brito de Oliveira
Delegada Sindical/FBN

